

PORTARIA Nº 6.731/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o § 2º do art. 42 da Lei nº. 8.520, de 01 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos, RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.28.846.0000.9024	3190.92	0101	13.150.000,00
	3191.92	0101	850.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			14.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.122.1434.8330	3190.11	0101	14.000.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			14.000.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 362216

EXTRATO DE PORTARIA Nº 015/2018-7ºPJ/ATM

A 7ª PROMOTORA DE JUSTIÇA CÍVEL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA HABITAÇÃO E DO URBANISMO DE ALTAMIRA, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006, na Resolução Nº 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, e Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018-7ºPJ/ATM, SIMP 276-808/2017, que se encontra à disposição na Rua Ernesto Passarelli, Nº 2361, Bairro Sudam II, em Altamira/PA. Portaria Nº 015/2018-MPE/7ºPJ/ATM

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará.

Polo Passivo: Município de Vitória do Xingu.

Assunto: Promover o acompanhamento e fiscalização, de forma continuada, das políticas públicas voltadas para ações, inclusive emergenciais, nas áreas de risco a desastres naturais do Município de Vitória do Xingu, e das instituições responsáveis pela respectiva implementação. Altamira/PA, 05 de abril de 2018.

Thiago Ribeiro Sanandres – Promotor de Justiça

Protocolo: 361999

EXTRATO DE PORTARIA PORTARIA Nº 2018/016-2PJCATM SIMP Nº 001287-801/2018

A 2ª PROMOTORA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ALTAMIRA torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 2018/016-2PJCATM, exclusivamente para os fins do Acordo de Não Persecução Penal nº 2018/016-2PJCATM, que se encontra na Secretaria das Promotorias de Justiça Criminais de Altamira, localizada na Rua Coronel José Porfírio, nº. 2560 Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/PA.

Investigado/Acordante: GEDEAN CARVALHO DA SILVA

Assunto: Acordo de não persecução penal nº 2018/016-2PJCATM, firmado com Gedeon Carvalho da Silva, em decorrência da prática do delito previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal.

MAURO MESSIAS

Promotor de Justiça, titular do 2º Cargo Criminal de Altamira

Protocolo: 361869

EXTRATO DA PORTARIA Nº 105/2015-MP (RETIFICADA)

A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000303-940/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94)

3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria Nº 105/2015-MP (RETIFICADA)

Envolvido: Conselho Municipal de Saúde de Marabá, Município de Marabá, Secretaria Municipal de Saúde de Marabá.

Assunto: Acompanhar a denúncia referente a garantia de acesso a informações e documentos pelos Conselheiros de Saúde de Marabá. Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 362003

EXTRATO DA PORTARIA Nº 05/2015-MP (RETIFICADA)
A 6ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000134-906/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

Portaria nº 05/2015-MP (RETIFICADA)

Envolvido: Município de Nova Ipixuna/PA.

Assunto: Acompanhar as providências adotadas pelo Município de Nova Ipixuna acerca do cumprimento da Lei nº 13.005/2014 (Plano Municipal de Educação).

Mayanna Silva de Souza Queiroz - Promotora de Justiça.

Protocolo: 362176

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ COM A SOCIEDADE CIVIL PARA QUESTÕES AGRÁRIAS E FUNDIÁRIAS. O Ministério Público Estadual, representado pelas Promotoras de Justiça JANE CLEIDE SILVA SOUZA, Promotora de Justiça Titular da III Região Agrária - sede Marabá, e HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO, Promotora de Justiça Titular da V Região Agrária - sede Redenção, no uso de suas atribuições constitucionais e legais com fulcro no Art. 129, II e III, da Constituição Federal, Artigo 25, inciso IV, alínea "a", e art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, na RESOLUÇÃO Nº 159/2017/CNMP, e no âmbito do Procedimento Administrativo nº 003481-070/2018, da Promotoria de Justiça Agrária de Redenção, convoca Audiência Pública a realizar-se em Redenção no dia 17 de outubro de 2018 (quarta-feira), a partir das 9h, no auditório do Ministério Público de Redenção, localizado na Av. Manoel Vicente Pereira, nº 385, Parque dos Bunitis, Redenção-PA, CEP: 6852-760 com o objetivo de Instalar o Fórum Permanente do Ministério Público do Estado do Pará com a sociedade civil para Questões Agrárias e Fundiárias, de modo a estabelecer um ambiente de ampla discussão das demandas sobre os temas agrários e fundiários das 3ª e 5ª regiões agrárias. A Audiência Pública terá ata sucinta dos trabalhos, a qual será disponibilizada aos interessados após prazo razoável. Proceda a publicação do presente Edital. Redenção, 13 de setembro de 2018. HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO Promotora de Justiça Titular da V Agrária - sede Redenção.

Protocolo: 362180

ATO Nº 166/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 38987/2018, em 20/8/2018; CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 365/2018-ASS/JUR/PJG, datado de 11/9/2018, acolhido in totum, RESOLVE:

DECLARAR VAGO, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo de Técnico em Informática, MP-AAI-304-A-II, Região Metropolitana de Belém I, do Ministério Público do Estado do Pará, ocupado pelo servidor ROBSON LIMA MEDEIROS, nomeado por Ato do Procurador-Geral de Justiça datado de 18/6/2013, publicado no D.O.E. de 19/6/2013, conforme permissão estabelecida no art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, no período de 20/8/2018 a 20/8/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 167/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 38987/2018, em 20/8/2018; CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 365/2018-ASS/JUR/PJG, datado de 11/9/2018, acolhido in totum; CONSIDERANDO o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 5.810/1994 e art. 33 da Lei Federal nº 8.112/1990, bem como a Nota Técnica da AGU DECOR/CGU/AGU Nº 108/2008, RESOLVE:

RECONDUZIR ao cargo de Técnico em Informática, MP-AAI-304-A-II, Região Metropolitana de Belém I, do Ministério Público do Estado do Pará, o servidor efetivo ROBSON LIMA MEDEIROS, o qual foi declarado vago por meio do Ato nº 166/2018, de 14/9/2018, a contar de 12/9/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 362293

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000118-151/2018-4ºPJDPMPA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000118-151/2018, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 038/2018 - 4ºPJDPMPA

Data da Instauração: 10 de setembro de 2018.

Objeto: Apurar a não aplicação da Lei nº 7.807/2014 e Lei nº 8.229/2015 pelo Governo do Estado do Pará, que previam o reajuste dos soldos aos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e a Gratificação de Risco de Vida para os Militares do Estado do Pará.

Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE

Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 362152

PORTARIA Nº 6.671/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 036/2018 NAF-MPPA, datado de 16/8/2018, R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA para participar, nesta Capital, no dia 23/8/2018, de reunião para tratar das cláusulas do Acordo de Solução Amistosa firmada perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, referente ao Caso 12.673 (José Dutra da Costa).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.675/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício nº 012/2018-MP/Chefia de Apoio PJ Criminal, datado de 23/8/2018, R E S O L V E:

DISPENSAR a servidora CLÁUDIA AYRES REGIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, da função gratificada de Chefe de Unidade de Apoio, MP.FG.3, junto às Promotorias de Justiça Criminais da Capital, designada pela Portaria nº 173/2013-MP/PGJ, de 11/1/2013, publicada no D.O.E. de 17/1/2013, republicada no D.O.E. de 21/1/2013, a contar de 3/9/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.696/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO para responder pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional, no período de 3 a 6/9/2018, durante as férias da titular, a Procuradora de Justiça CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.712/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 121/2018-MPPA/COORD/ATM, datado de 28/5/2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, *caput*, e Parágrafo Único, da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/7/2014,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Sudoeste I, no período de 1º/8 a 31/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.714/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 23667/2018, em 17/5/2018,

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, *caput*, e Parágrafo Único, da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/7/2014,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALFREDO MARTINS DE AMORIM para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Sudeste II, no período de 31/7 a 31/12/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 6 de setembro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça